



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PETIÇÃO Nº 13997 - PB (2021/0001023-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
REQUERENTE : LUCAS MARTINS SOARES FREITAS
REQUERENTE : LUCAS DA SILVA MANFIO
ADVOGADO : JACKSON WESLEY VALERIO - MT0090570
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de petição apresentada por LUCAS MARTINS SOARES FREITAS e LUCAS DA SILVA MANFIO (HC n. 0815733-93.2020.4.05.0000).

Os requerente foram presos em flagrante, em 9/12/2020, porquanto foram encontrados, na aeronave em que vieram, cerca de 752kg de cocaína, tendo sido convertida a custódia cautelar em preventiva.

Formularam o pedido de trancamento da investigação e a expedição de alvará de soltura, insurgindo-se contra o indeferimento de liminar no *writ* originário (HC n. 0815733-93.2020.4.05.0000) pelo desembargador integrante do TRF5.

Asseveram que não há indícios de autoria ou da participação no delito, aduzindo que ignoravam completamente o transporte ilícito da carga na aeronave, pois não podem os pilotos de linha aérea conferirem o teor de carga, sendo cabível a exclusão da antijuridicidade e a soltura imediata dos acusados, por ausência de justa causa.

Alegam que "os pilotos estavam simplesmente cumprindo o art. 262 e 264 do Código Brasileiro de Aeronáutica e demais normas regulamentares (RBAC 91.605 – doc. 03), conferindo o peso da aeronave via checklist elaborado pela própria ANAC (doc. 04-A), para não incorrerem nas infrações administrativas" (fl. 29).

Defendem que a manutenção da prisão preventiva se mostra desarrazoada e desproporcional, pois inexistem provas de envolvimento com quadrilha.

Requerem, liminarmente, o trancamento da ação penal. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Recebo a presente petição como pedido de *habeas corpus* tendo em vista que os requerentes insurgem-se contra suposto ato ilegal que indeferiu o pedido de trancamento da investigação policial.

Todavia, a matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente